
O PRONERA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

Mauro dos Santos Carvalho¹
Arlete Ramos dos Santos²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) como política pública educacional implementada na Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), demonstrando as implicações e consequências empreendidas pelo modelo do Estado para os sujeitos que são beneficiados por esta vertente educacional. O artigo é resultado de um recorte de pesquisa de Mestrado realizada entre os anos de 2017/2018 na UESB no qual buscou-se entender aspectos relacionados à política pública de Educação do Campo. A metodologia de pesquisa utilizada foi a quanti/qualitativa, sendo que os dados foram coletados por meio de questionários e entrevistas, apresentando como resultado o fato de que a criação e implementação dessa política pública propiciou que a educação alcançasse os sujeitos excluídos e marginalizados do campo. O referencial teórico abordado teve como base os aspectos efetivos que regulamentam o aparelho estatal, apresentando o Pronera como contraponto afirmativo para a implementação de políticas públicas com direitos e garantias sociais direcionadas para os sujeitos do campo por intermédio dos movimentos sociais populares. Desse modo, a análise do modelo de gestão do Pronera/UESB é um tema atual, merecedor de contínua inclusão na agenda de pesquisas acadêmicas, sendo que as bandeiras defendidas pelos sujeitos que residem no campo requerem uma nova administração pública, democrática e participativa.

Palavras-Chave: Pronera; Movimentos Sociais; Política Pública Educacional; UESB.

PRONERA AS PUBLIC EDUCATIONAL POLICY IN THE STATE UNIVERSITY OF THE SOUTHWEST OF BAHIA – UESB

Abstract: The objective of this article is to analyze the National Education Program on Agrarian Reform (Pronera) as a public educational policy implemented at the University of Southwest Bahia (UESB), demonstrating how implications and consequences undertaken by the State model for those who benefit from this aspect educational. The article is the result of a Master's research process carried out between the years 2017/2018 at UESB, in which no researcher himself understood the aspects related to public policy on Rural Education. The research methodology used was quanti / qualitative, and the data were collected through questionnaires and interviews, showing as a result or fact that the creation and implementation of this public public policy enabled education to reach the excluded and marginalized individuals in the rural. . The theoretical framework addressed was based on the effective aspects that regulate the state apparatus, those presented or Pronera as an affirmative counterpart for the implementation of public policies with rights and social rights directed at the subjects of the rural through popular social movements. In this way, the analysis of the Pronera/UESB management model is a current topic, with continuous heating, including in the academic research agenda, and the flags are defended by the subjects who reside in the rural of registration of a new, democratic public administration. and participatory.

Keywords: Pronera; Social Movements; Public Educational; UESB.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Especialista em Qualidade Total na Agricultura Empresarial pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional em Educação do Campo e Cidade (GEPEDMDECC) da UESB. E-mail: mauro@uesb.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8407-1866>

² Pós-doutorado em Educação e Movimentos Sociais do Campo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora no Programa de Pós-graduação em Educação Básica da UESB e do Programa de Pós-graduação em Educação da UESB. Coordenadora do GEPEDMDECC. E-mail: arlerp@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva apresentar reflexões sobre a implementação e os resultados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) como política pública de Educação do Campo desenvolvido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), resultantes de uma pesquisa de Mestrado já concluída. O foco da abordagem recai sobre os princípios do Programa como política pública defendida pelos movimentos sociais e sindicais do campo. A metodologia de pesquisa utilizada foi a quanti/qualitativa, de natureza exploratória, junto aos gestores, educandos e equipe técnica do Programa. Dentro desta ótica, utilizar-se-á neste artigo os resultados das análises realizadas com os educandos beneficiados com os cursos do Pronera no período de 2004 a 2013.

As expressões de mobilização por uma Educação do Campo tiveram seu início a partir do mês de julho de 1997, quando da ocorrência do Encontro de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera), no qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi o protagonista principal em parceria com diversos órgãos governamentais e não governamentais, juntamente com representantes das seguintes entidades: Universidade de Brasília (UnB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O referido encontro teve como objetivo provocar e promover um debate, tendo como tema principal a Educação do Campo e a construção de uma proposta de política de educação que pudesse contemplar todo o território no qual se encontram os sujeitos do campo. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Molina (2003) infere que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) refere-se diretamente a uma ação efetiva do Estado gestada a partir de uma relação de tensão com a sociedade civil organizada, transversalmente aos movimentos sociais que lutam pela terra como local de vida, trabalho e educação. O Enera, caracterizado como uma ação de política empreendida pela sociedade civil com amparo no anseio e na materialidade do direito e acesso à educação para todos os sujeitos (educandos) do campo, teve como significado tornar pública a responsabilidade do Estado em relação aos direitos sociais inerentes à cidadania desses sujeitos a muito negligenciada para a população do campo. Assim sendo, as discussões advindas do referido encontro criaram as condições objetivas para que o Pronera fosse idealizado e constituído, ao mesmo tempo, em um marco histórico direcionado para os direitos políticos de em prol da cidadania e da luta pelos direitos políticos dos sujeitos do campo.

Conforme assevera Andrade (2004), o Pronera, como política pública, distingue-se como uma experiência dinâmica quando da sua implantação e implementação em um território pautado no processo histórico pela exclusão social e pela total inexistência da prática de políticas públicas

relacionadas à educação. Como resultado dessa conquista para os movimentos sociais e sindicais do campo, o Pronera, criado oficialmente em abril de 1998, tem como objetivo principal a redução dos níveis de analfabetismo, bem como a promoção da elevação dos níveis de escolarização de jovens e adultos procedentes de assentamentos da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário.

Os procedimentos inerentes à criação do Pronera delimitaram não somente uma vitória dos movimentos sociais e sindicais do campo e por meio de uma linha reivindicatória, delimitou também o caráter de importância de um modelo de educação formal para os sujeitos vinculados direta e indiretamente a esses movimentos. De outro modo, a criação do Pronera assinalou a configuração que esses movimentos vinham edificando através das suas práticas desde os anos 1980, isto é, era relegado a segundo plano, descurando seus papéis de contradição e resistências com relação às exigências estatais que não proviam aos preceitos dos embates e lutas dos movimentos, quanto à utilização de práticas demarcadas pela mobilização, parceria e participação institucional. Os resultados e consequências decorrentes dessas modificações nas práticas sociais dos movimentos ficam deliberadas nos rumos e encaminhamentos que o Programa adotou por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na medida em que possibilitou a concepção e aceitação aos projetos educacionais configurados em benefício dos educandos oriundos dos assentamentos agrários do campo.

A construção do P Pronera, enquanto esfera estatal, foi regulada por um histórico de ações junto aos entes governamentais por meio dos movimentos sociais e sindicais do campo, e vem atuando por meio de um modelo concebido para a Educação do Campo, gestada no seio da sociedade civil empenhada em explicitar os alicerces constitutivos da educação que se pretende construir.

Carvalho (2018) infere que, como aspecto inovador, o Programa apresenta duas (02) particularidades que lhes são inerentes: a primeira consiste na criação e implementação de uma metodologia pedagógica de ensino relacionada com a realidade sociocultural dos assentamentos e a segunda consiste na transformação acadêmica e social, a partir de um modelo de gestão definida na participação dos três (03) entes basilares, como o Incra, representando o governo federal, os movimentos sociais, sindicais e as instituições de ensino superior públicas e privadas sem fins lucrativos, formando a tríade do modelo de gestão participativa.

2 CONSOLIDAÇÃO DO PRONERA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Carvalho (2018) destaca que as ações de mobilização empreendidas pelos movimentos sociais vêm corroborando com o fenômeno que está em curso na sociedade brasileira que busca ampliar o número de questionamentos relacionados às ações e desempenho da gestão governamental. Desse modo, cresce o número de brasileiros que questionam constantemente o

caráter efetivo das políticas públicas no sentido de que possam promover transformações na realidade de cidadãos que necessitam de políticas e programas sociais mais eficientes e eficazes. Assim, o Pronera representa a materialização destes questionamentos relacionados às ações dos entes governamentais para a implantação e implementação de uma política pública de caráter educacional para atender os sujeitos do campo em vários estados do país, sendo que esta política é conduzida pelas Superintendências Regionais do Incra nos estados.

Sendo assim, o Pronera foi escolhido como objeto da avaliação de pesquisa em virtude de ser um Programa que ocupa uma posição política e estratégica na ação governamental de educação na UESB, uma vez que a avaliação visou verificar as percepções dos atores (sujeitos) envolvidos na pesquisa, no sentido de aprimorar o seu desempenho e maximizar a atuação da Administração Pública Federal. A pesquisa teve também objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do Programa desenvolvido na UESB, na medida gerou informações que contribuiriam para aumentar a racionalidade dos gestores públicos quando da tomada de decisão, principalmente pelo fato de que as políticas públicas direcionadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, comumente foram propostas pelo governo federal, a exemplo dos programas Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Alfabetização Solidária, Brasil Alfabetizado, dentre outros.

Em conformidade com o Manual de Operações do Pronera (INCRA, 2016), as diretrizes operacionais metodológicas inerentes às ações relacionadas ao mencionado Programa desenvolvido na UESB desde o ano de 1998, são desenvolvidas de forma estrutural e administrativa pela Superintendência do Incra no Estado da Bahia, em conformidade com o organograma pedagógico e administrativo da referida Superintendência. A referida Superintendência é também responsável por gerir os trâmites processuais relacionados ao acompanhamento e a gestão orçamentária e contábil dos projetos em execução e já executados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), a exemplo da UESB.

A parceria existente entre o Incra, através das suas Superintendências Regionais, as universidades e os movimentos sociais e sindicais do campo constituem um modelo de gestão tripartite. Desse modo, cabe ressaltar que o grau de comprometimento e de democracia nesse modelo de gestão compartilhada está atrelada diretamente com as características dos entes (parceiros), isto é, da capacidade de envolvimento e da conformação de como essa participação de cada parceiro se dará. Às universidades públicas e privadas sem fins lucrativos cabe o papel de concretizar o canal de interlocução administrativa entre os sujeitos que representam os movimentos sociais e sindicais do campo e as Superintendências Regionais do Incra, realizando também as gestões orçamentárias, administrativas e pedagógica dos projetos aprovados para execução (INCRA, 2016).

Ainda em relação aos procedimentos relacionados às parcerias, deve-se enfatizar que elas constituem condição essencial para que as atividades do Pronera sejam realizadas na medida em que o Programa tem como participantes diretos o Incra, os movimentos sociais e sindicais, as universidades públicas e privadas sem fins lucrativos e os entes governamentais estaduais e municipais com representação social e sindical. Essas parcerias são realizadas através do modelo de gestão participativa, sendo que as responsabilidades são empreendidas por todos estes entes na busca de uma construção coletiva tendo como objetivo a elaboração, execução, análise e avaliação dos projetos executados (INCRA, 2016).

3 O PRONERA COMO PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DO CAMPO

À vista disso, o Pronera, como de política pública de educação, atende beneficiários (as) provenientes das áreas de Reforma Agrária, visto que:

O PRONERA é um programa articulador de vários ministérios; de diferentes esferas de governo; de instituições e movimentos sociais e sindicais de trabalhadores (as) rurais para qualificação educacional dos assentados da Reforma Agrária. Sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a função do PRONERA é fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (MANUAL DE OPERAÇÕES/INCRA, 2004, p. 282).

A análise do modelo de gestão do Pronera e das ações deste Programa desenvolvido pela UESB é um tema atual, merecedor de contínua inclusão na agenda de pesquisas acadêmicas. Os anseios defendidos pelos sujeitos que residem no campo sempre requereram dos gestores públicos um novo modelo de gestão administrativa dos atores governamentais com caráter democrático e participativo, não podendo deixar de lado a avaliação na percepção os sujeitos e atores que sempre atuaram a nível nacional e, sobretudo, na UESB, a saber: professores, equipe técnica e todos os beneficiários (educandos) deste Programa de política pública educacional.

Em relação aos princípios políticos e pedagógicos do Pronera, Lucas Neto (2011) afirma que há um forte mecanismo na relação de associação entre o processo educativo e o incremento educacional e social do campo, na medida que essa relação possui um viés condicionante eficaz para a promoção da qualificação educacional da maneira em que os educandos assentados vivem. Desse modo, o Pronera apresenta cinco princípios básicos: participação, cidadania, multiplicação, pesquisa e interação.

Deve-se salientar que as políticas públicas educacionais e seus possíveis desdobramentos na vida do cidadão requerem, conseqüentemente, moderação sobre qual o modelo de política está em pauta, levando-se em consideração as reais efetividades das demandas propostas, e como elas são

consolidadas na realidade apresentada. Por conseguinte, esses princípios devem ser utilizados para a análise das considerações aqui apresentadas acerca da ação das políticas públicas estatais para a educação em benefício dos sujeitos procedentes da Reforma Agrária e no Campo, por intermédio do Pronera (CARVALHO, 2018).

Ainda em conformidade com Carvalho (2018), investigações já realizadas sobre o Pronera/UESB suscitaram evidências e fatos que comportam afirmar que a análise dessa política pública pode ser demonstrada a partir dos modelos gerenciais que evidenciem as conexões existentes entre os atores principais que contribuíram direta e indiretamente para a efetivação desse Programa na UESB. Desse modo, para uma maior compreensão e entendimento dos fatos geradores dessa política pública, cabe destacar que as primeiras gestões administrativas e pedagógicas por parte da UESB junto às instâncias competentes do Incra, tiveram seu fluxo inicial em 1998, por meio da Coordenação Pedagógica Nacional (CPN), que procedeu as gestões necessárias junto às demais instâncias colegiadas do Incra, no sentido de que o Plano de Trabalho apresentado pela UESB fosse aprovado (RELATÓRIO PRONERA/UESB/CAP, 2001).

4 O PRONERA COMO POLÍTICA PÚBLICA NA UESB

A UESB é uma autarquia do Governo do Estado da Bahia com estrutura multicampi, situada na Região Sudoeste da Bahia, possuindo quarenta e sete (47) cursos de graduação, vinte e três (23) cursos de mestrado, oito (8) cursos de doutorado e vinte (20) cursos de especialização. Convém ressaltar que a referida autarquia já conveniou e realizou dezenas de cursos relacionados ao Pronera, havendo a formação e capacitação de milhares de jovens e adultos oriundos do campo.

Quando da implantação e implementação do Pronera na UESB, o Estado da Bahia e a Região Sudoeste apresentavam elevadas taxas de analfabetismo, situação essa que atingia sobremaneira as populações do campo, justificando, desse modo, a demanda de forma direta e imediata para atendimento dessas populações, com objetivo de promover o acesso em cursos de alfabetização e escolarização na modalidade fundamental I e II. Por conseguinte, no decorrer do mês de setembro de 1999, foi pactuado o primeiro convênio entre a UESB, o Incra e o Pronera, existindo a intermediação direta da CPN como órgão de gestão pedagógica e administrativa do Incra, havendo como parceiros diretos no convênio o MST, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). O referido convênio tinha como meta a alfabetização de um mil e duzentos (1.200) jovens e adultos procedentes de assentamentos de áreas da Reforma Agrária do Sudoeste da Bahia, assim como a escolarização para sessenta (60) monitores que necessitavam e careciam de formação fundamental. (RELATÓRIO PRONERA/UESB/CAP, 2001).

Cabe destacar que o segundo convênio foi firmado no decorrer do mês de dezembro de 2001, com a duração de dois (02) anos, havendo a participação dos mesmos parceiros anteriormente mencionados, existindo como meta a alfabetização de oitocentos e oitenta (880) jovens e adultos e a escolarização de quarenta e quatro (44) monitores ligados aos assentamentos da Reforma Agrária na Região Sudoeste da Bahia (*Ibid.*). A partir do ano de 2003, até a presente data, a UESB firmou junto ao Incra outros convênios com objetivo de realizar cursos em nível de alfabetização, escolarização e nível médio integrado ao técnico, tendo como resultado a formação e capacitação de mais de nove mil (9.000) educandos.

5 O ESTADO E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA O CAMPO

Em conformidade com a Constituição Federal Brasileira de 1988, as políticas educacionais devem abranger a todos os cidadãos, sendo, portanto, um direito de todos e um dever do Estado e da família. Essas políticas devem visar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, o preparo da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

A Educação do Campo, segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 12), deve ser compreendida como um modo de perceber o campo como espaço de democratização e de inclusão social, e que “[...] projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, coletivos, éticos, políticos”. Os referidos autores afirmam a necessidade de promover a libertação dos sujeitos do campo na condição de explorados pelo sistema estatal.

A construção da articulação existente entre o Estado, política pública e a Educação do Campo teve seu início somente a partir de 2002. Esse movimento ocorreu em decorrência da elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, implementada a partir da Resolução nº 01/2002, representando um avanço na área das políticas públicas para valorização dos sujeitos do campo, demarcando o início do processo de reconhecimento dos direitos dos povos do campo à educação (CHAMUSCA *et al.*, 2007; MEC, 2002).

O Pronera, juntamente com a Educação do Campo, através das Diretrizes Operacionais, representou a materialização no âmbito das instituições do Estado das políticas públicas, constituindo o alicerce de uma contra hegemonia que vem construindo e edificando os pilares de novos paradigmas, bem como uma recém-chegada ordem discursiva no tocante à questão educacional no país através das relações de proximidade entre a sociedade política e a sociedade civil. Essa justaposição se realiza por meio da emergência da explicitação dos conflitos sociais e por meio da participação política e democrática (CARVALHO, 2018).

A relação existente entre o Estado e a Educação do Campo deve ser considerada na medida em que este modelo educacional representa um movimento em que existe uma relação direta de contradição com as forças dominantes do Estado, a exemplo dos grandes latifúndios e dos grupos nacionais e internacionais que controlam a educação privada no Brasil, representando, dessa forma, uma percepção concreta nas relações de oferta de educação no País. Nesse contexto, Carvalho (2018, p. 72) destaca que “a Educação do Campo promove uma ruptura com a lógica do modelo Estatal, ratificando o imperativo da edificação de uma educação para o campo idealizada com a participação efetiva e constante dos sujeitos camponeses, lastreada nas suas demandas e nos aspectos culturais de suas vivências”.

Höfling (2001) destaca que os princípios norteadores das políticas sociais e educacionais estão situados no âmago de distintas especificidades da organização estatal com características particulares e com o objetivo de conservar as relações sociais para a uma específica formação social. Assim sendo, uma política de educação como o Pronera, parte de uma contingência da totalidade social em sua gênese, buscando analisar os movimentos e as contradições apresentados. A mencionada autora afirma que o Estado não conduz de forma isolada as políticas, existindo a necessidade intrínseca de ações mobilizantes por parte da sociedade. Essa situação exprime diretamente os aspectos visíveis do não tratamento da uma política de educação como o Pronera/UESB nas suas relações essenciais e seu suposto afastamento das demais políticas educacionais nas relações sociais. De tal modo, a concepção do método de exame das políticas direcionadas para a educação adequa-se na constante procura por um conjugado amplo de singularidades e relações nos detalhes que tendem a proporcionar o aprendizado de situações de oscilação numa totalidade. Assim, o comportamento da totalidade significa assinalar as elevadas relações de admissibilidade para o desvelamento da realidade.

O Pronera/UESB tornou-se marco consolidado junto ao Estado capitalista no esforço por uma Educação do Campo que esteja sempre atrelada a outras demandas em benefício das transformações que possam assegurar melhorias educacionais, econômicas e sociais na vida dos educandos do campo beneficiados com as ações desse Programa. Essas transformações e melhorias podem ser evidenciadas na entrevista realizada com um(a) educando(a) do Programa em que afirma:

Sim. Com certeza. O Programa atende muito bem a sua função principal, que é levar educação para jovens e adultos que não têm oportunidade de estudar nas suas localidades. O Programa oportuniza e contribui para que esse público atendido tenha um mundo de conhecimentos para entender as transformações e o enfrentamento da sociedade em que vivemos na medida que assegura condições de melhoria educacional, social e econômica na vida dos alunos (ALUNO(A) X, 2018).

Essas ações são realizadas de forma direta na medida em que essa política pública com viés harmônico atenda às realidades em que estes sujeitos são protagonistas através do caráter pioneiro e revolucionário dos movimentos sociais, os quais contribuem diretamente para a manutenção desse Programa (CALDART, 2002a).

Análogo a estas afirmativas, Souza Júnior (2010, p. 29), elucida que:

O processo revolucionário não é um raio no céu azul, nem mero ato de vontade dos indivíduos, muito embora a dimensão subjetiva não se subestime, inclusive porque é, ela mesma, o objeto da ação pedagógica. Mas aquele processo é antes forjado pelas condições históricas concretas da sociedade capitalista e, tal como se tem considerado aqui, toda a vida social cotidiana, a constituição, desenvolvimento e transformação das diversas formações sociais constituem um amplo processo de educação. Deste modo, para ser considerada como processo educativo, tem de ser vista antes como um processo dentro de outro processo maior e mais amplo.

Nesse sentido, o acompanhamento e a avaliação de programas como o Pronera/UESB retratam não somente as ações dos seus dirigentes em identificar e analisar se estabelecidos indicativos de resultados pedagógicos e profissionais previstos quando do seu planejamento foram plenamente alcançados ou não. Faz-se necessário também a realização de análises criteriosas por parte dos gestores internos do Programa acerca da a sua própria natureza social em um contexto macro, concernente a todo processo de concepção e implementação, bem como do papel dos atores governamentais que planejam nas mais diversas instâncias decisórias a garantia da dotação orçamentária, financeira e pedagógica a ser utilizada, com a finalidade principal de atender eventuais deficiências pedagógicas, profissionais e sociais dos sujeitos (educandos) atendidos.

Diante das considerações apresentadas, deve-se enfatizar que os gestores que coordenam as ações do Pronera/UESB implementaram metodologias de gestão e de acompanhamento em relação aos cursos realizados com o objetivo de identificar as transformações ocorridas na vida dos alunos egressos, tendo como parâmetros os aspectos pedagógicos, profissionais e sociais, competindo evidenciar que esses egressos continuem sujeitos com expressiva relevância para o entendimento de como o Programa realiza sua articulação com a sociedade. Nesse sentido, os estudantes egressos constituem verdadeiro manancial de informações que podem subsidiar, de maneira direta, aos dirigentes do Programa para possíveis readequações do desenho da gestão pública.

Perguntados se já prestaram algum tipo de informação para subsidiar aos gestores do Pronera/UESB em relação às metodologias de gestão e ao acompanhamento de possíveis transformações ocorridas na vida dos estudantes egressos, 90% dos educandos responderam que sim, 5% responderam que já prestaram algum tipo de informação e 5% responderam que não (CARVALHO, 2018).

Tal constatação alude em considerar que esse Programa de educação pode ser entendido na essência de suas manifestações concretas, sem que existam abstrações na percepção dos acontecimentos reflexivos que se apresentam nas relações cotidianas e nas metodologias educativas

de interação entre todos os beneficiários do Programa (CARVALHO, 2018). Desse modo, essas relações concretas devem conduzir aos beneficiários o entendimento, de maneira mais abrangente ou não, aspectos sociais em que estão inseridos na sociedade, apesar desses aspectos, muitas das vezes, representarem a materialização de um elenco de práticas e fatos históricos sociais, constituindo o Programa como um espaço ímpar para que se inicie e ocorra a tomada de consciência contra as práticas hegemônicas consolidadas na sociedade capitalista.

A partir da análise deste núcleo de constatação, é correto afirmar que o Pronera/UESB envidou esforços junto ao Estado e suas representações no sentido de promover ações para ampliação da alfabetização, escolarização e formação básica e técnica para todos os beneficiários do Programa oriundos do campo, nos múltiplos níveis de conhecimento, apesar das ameaças e entraves de ordem externa por parte dos entes governamentais. O Programa desenvolvido pela UESB representa, pois, uma ferramenta que consolida para o avanço e a democratização do ensino por intermédio dos seus princípios norteadores, quais sejam: participação, inclusão, multiplicação e interação. Ademais, o Programa sempre representou o protagonismo da UESB e dos movimentos parceiros para que ocorresse a construção e concretização desse projeto educacional de Educação do Campo, apresentando como coadjuvantes não menos importantes, os entes governamentais institucionais responsáveis pela concepção e implementação desse modelo de políticas públicas.

Do mergulho e da compreensão das análises até então realizadas, deve-se frisar que a partir do momento em que Michel Temer assumiu a presidência, ocorreram reduções drásticas dos recursos orçamentários e financeiros destinados ao Programa. Até o final do ano de 2016 os recursos foram suprimidos do montante de trinta milhões (30.000.000) para somente nove milhões (9.000.000) no ano de 2017, afetando drasticamente a pactuação de novos convênios com as IES, afetando diretamente a vida de milhares de jovens e adultos que dependem dessa modalidade de ensino.

Carvalho (2018, p. 91) assevera que:

Conforme apontamento da coordenação nacional do MST, mais de cem (100) novos cursos de nível superior que estavam previstos, não serão conveniados em virtude da política restritiva do governo atual. Com isso, cerca de sete mil (7.000) alunos beneficiados serão impedidos de estudar. Ainda segundo a referida coordenação, a dotação orçamentária definida pelo governo federal para o PRONERA no ano de 2018, sofreu uma redução de 86% no investimento previsto.

Recentemente, o Pronera sofreu mais um duro golpe através da publicação do Decreto nº 10.252, publicado no Diário Oficial da União no dia 20 de fevereiro de 2020 onde determina a reorganização e estrutura do Incra das estruturas administrativas do Pronera, provocando um enfraquecimento total de um dos programas mais importantes para a educação e qualificação de milhares de jovens e adultos oriundo do campo, bem como afetando diretamente os movimentos

sociais e sindicais do campo e as IES, notadamente a UESB. Em conformidade com Carvalho (2018), até meados do ano de 2018 o Pronera havia atendido cerca de 167.000 (cento e sessenta e seta mil) educandos na modalidade de EJA, promovendo a formação de 5.000 (cinco mil) educandos na modalidade de nível superior e cerca de 9.000 (nove mil) educandos na modalidade Nível Médio Integrado ao Técnico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as especificidades aqui apresentadas, é correto afirmar que a concepção e implementação de uma política de Educação do Campo como o Pronera/UESB proporcionou que esse modelo educacional alcançasse os sujeitos excluídos e marginalizados do campo, tencionando a promoção da humanização desses sujeitos contemplados e atendidos em seus anseios que carecem de um modelo de educação pública de qualidade em consonância com as suas carências e demandas sociais.

A conquista e implementação de uma política pública como o Pronera, consolidado através das ações desenvolvidas na UESB, teve seu marco inicial por intermédio das demandas, pressões e lutas de uma coletividade de sujeitos sociais que se organizaram a nível nacional em benefício de uma política de educação direcionada para o campo que expressasse também os aspectos de contradição social das classes sociais envolvidas no processo. No entanto, quando essa política pública educacional foi implementada, inicialmente como um pública de governo e, posteriormente de Estado, ocorreu um processo de acentuada contradição em decorrência da interferência de organismos internacionais que tencionaram implantar, direta ou indiretamente, propostas de caráter político, tecnicista e de valores sociais no Programa, competindo aos movimentos sociais e entidades das diversas matizes que sempre estiveram comprometidos na defesa dessa da política de Educação do Campo concretizarem o papel de contraponto às propostas capitalistas então vigentes.

Os cursos do Pronera executados pela UESB demonstraram que essa política pública de Estado vem contribuindo, de forma ostensiva e direta, para a formação e socialização dos sujeitos do campo apor meio da formação acadêmica e profissional no transcorrer do processo histórico do Programa, dilatando ações nas distintas modalidades de ensino oferecidas para os sujeitos contemplados.

A análise do Pronera/UESB evidenciou que os educandos procedentes dos assentamentos e das comunidades das áreas de Reforma Agrária puderam se apresentar como personalidades preponderantes nas suas histórias enlaçadas na vida acadêmica e social conectadas ao modelo de gestão de educação proposto pelo Programa, existindo a perspectiva de que pudessem colaborar com as possíveis transformações em suas realidades educacionais e sociais nas suas localidades de origem de lado a lado com a aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer dos cursos

realizados, em conformidade com a prática social exigida, vez que os preceitos sociais e crítico poderiam nortear os sujeitos beneficiários. Pode-se afirmar também o Programa executado na Instituição em análise cumpriu plenamente sua função acadêmica, pedagógica e social em relação aos preceitos propostos, apresentando reflexos diretos no avanço dos educandos atendidos.

Em face dessa contingência, é possível asseverar ainda que o Programa representa a consolidação de uma política pública de Estado decorrente da articulação inseparável ao modelo de Educação do Campo idealizado e implementado em outras vertentes acadêmicas e sociais, constituindo, desse modo, a revalidação da política educacional voltada para o campo, através dos conhecimentos adquiridos pelos sujeitos beneficiados, podendo também contribuir para a emancipação e promoção social e profissional desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Regina *et al.* (Org.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004, p. 37-56.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete.; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002**. Estabelece as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Brasília/DF, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In*: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Articulação Nacional por uma Educação do Campo**. Coleção Por Uma Educação no Campo, n. 4, Brasília/DF, 2002a.

CAP. **Centro de Aperfeiçoamento Profissional. Relatório de metas físicas e pedagógicas do PRONERA/UESB**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2001.

CARVALHO, Mauro dos Santos. **Percepções da equipe técnica, dos professores e dos beneficiários sobre a gestão do Pronera no período de 2004 a 2013: o caso da UESB** / Mauro dos Santos Carvalho. Vitória da Conquista, 2018. 258 f.

CHAMUSCA, Adelaide; DELAMORA, Michiele; HENRIQUE, Ricardo; MARAGON, Antônio. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, SECAD/MEC 2007.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, v. n. 55, Campinas, nov. 2001.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **PRONERA: Manual de Operações**. Brasília, 2004.

INCRA. **PRONERA: Manual de Operações**, 2016. Brasília: Referências, 2016.

LUCAS NETO, Paulino Justo. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural: uma análise sobre a eficácia do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

MOLINA, Mônica Catagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal democrática à crise regressiva do Capital**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.

SUBTIL, Maria José Dozza. Reflexões sobre o marxismo e perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa em políticas educacionais. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 8, n. 2, p. 153-162, dez, 2016.

Submetido em: 01 de maio de 2020.

Aprovado em: 29 de maio de 2020.